

## MODERNIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA: AS FAZENDAS-MODELO EM MINAS GERAIS (1906-1915)\*

*Modernization and schooling of the agricultural work: the model-farms in Minas Gerais (1906-1915)*

Daniela Pereira Versieux\*\*

### RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo as fazendas-modelo de Minas Gerais, que funcionaram entre 1906 e 1915 como parte de uma política pública voltada para a modernização da agricultura mineira e para o progresso econômico do Estado. Eram instituições de ensino profissional agrícola prático e localizaram-se em seis municípios: Belo Horizonte, Serro, Santa Bárbara, Itapeçerica, Aiuruoca e Campanha. Procuramos tratar da escolarização do trabalho agrícola entrelaçada ao processo de modernização pelo qual passava a sociedade mineira quando foram instituídas as fazendas-modelo no Estado de Minas Gerais. E apreender as diversas dimensões do *tornar escolar* o trabalho agrícola: os sujeitos do processo de escolarização, os tempos, espaços, conhecimentos, materialidades e métodos. Para tal, foi necessário produzir a história das fazendas-modelo, estabelecendo nexos históricos entre as diversas instituições, no sentido de perceber o movimento político e econômico mais geral pelo qual passava a sociedade mineira na primeira República.

**Palavras-chave:** história do ensino agrícola, ensino agrícola prático, fazendas-modelo.

### ABSTRACT

This paper has the objective of studying the model-farms from Minas Gerais, which worked from 1906 to 1915 as a part of a public policy for Minas Gerais agricultural modernization and for the State's economic progress. Those model-farms were educational institutions for professional schooling on practical agriculture, and were located in six towns: Belo Horizonte, Serro, Santa Bárbara, Itapeçerica, Aiuruoca e Campanha. We tried to focus on the schooling level of agricultural work, as it is attached to the process of modernization through which the society of Minas Gerais was passing when the model-farms were established in that State. We tried to seize the different aspects of *making* the agricultural work *scholastic*: the subjects of the schooling process, the times, the places, the knowledge, the materialities and methods. For that, it has been necessary to produce the history of the model-farms, establishing historical links between different institutions, in order to notice the more general political and economical dynamics through which the society of Minas Gerais was going through, in the initial decades of the Republic.

**Keywords:** agricultural schooling history, practical agricultural schooling, model-farms.

---

\* Este texto teve como base a dissertação defendida por Daniela Pereira Versieux intitulada *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)*. Contou com o auxílio financeiro da Fundação de Ensino de Contagem que concedeu uma licença para fins qualificação profissional à sua autora. A pesquisa que originou a citada dissertação fez parte de um programa de pesquisa mais amplo denominado *A escolarização do trabalhador mineiro*, coordenado pelo Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves, cujos subprojetos, *A escolarização das atividades manuais e a formação do trabalhador mineiro sob o ponto de vista do léxico republicano (1892-1920)* e *Escolarização e formação do trabalhador do campo em Minas Gerais: análise das reformas educacionais sob o ponto de vista dos discursos do executivo e do legislativo (1892-1920)* contam com o apoio financeiro do CNPq e da FAPEMIG.

\*\* Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal em Educação Tecnológica de Minas Gerais. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Formosa. E-mail: danielaversieux@gmail.com

A Primeira República em Minas Gerais constituiu-se num período rico em proposições e experiências de ensino agrícola. Referimo-nos não somente à legislação estadual, que foi generosa no incentivo e na criação de instituições dedicadas à formação de aprendizes e trabalhadores agrícolas, mas fundamentalmente às instituições que de fato existiram, mesmo que por breves períodos de tempo e voltadas exclusivamente para os interesses das elites que compunham ou davam sustentação a um Estado eficiente em conceder favores ou benesses a poucos privilegiados.

Os principais estabelecimentos dedicados ao ensino da agricultura durante a primeira República foram: os Institutos Agrônomo de Itabira e Zootécnico de Uberaba; os campos práticos de demonstração (1895-1898); as fazendas particulares subvencionadas (1907-1914); as fazendas-modelo (1906-1915); e os diversos Institutos de ensino primário-agrícola, que existiram a partir de 1909, prolongando-se por toda a primeira República (VERSIEUX, 2010a; FARIA FILHO, 2001; FARIA, 1992). Vale indicar a existência e funcionamento de algumas classes de agricultura prática em diversos grupos escolares do Estado nas duas primeiras décadas do século XX (VERSIEUX, 2010a; FARIA FILHO, 2000).

Estas proposições de ensino agrícola estavam vinculadas ao processo de modernização pelo qual passava a sociedade mineira naquele momento. Minas Gerais entre 1889 e 1937 era uma sociedade em seus estágios iniciais de modernização (WIRTH, 1982). Aqui, como no Brasil, os processos de modernização foram impulsionados com o fim da escravidão e a proclamação da República, em fins do século XIX (DULCI, 2005). À época, as elites econômica, política e intelectual mineiras faziam um diagnóstico de que, após os tempos áureos da mineração, a província de Minas Gerais, depois o Estado, teve sua economia estagnada durante todo o século XIX e início do XX, com sua população dispersa geograficamente e voltada para atividades de subsistência simples, com exceção do limitado surto cafeeiro do oitocentos e de alguns períodos mais favoráveis dos tempos primeiros da República. A leitura dos anais do Congresso Legislativo Mineiro, desse período, revelou que este pensamento circulava pelas classes conservadoras<sup>1</sup> do Estado.

De acordo com Douglas C. Libby (1988) este diagnóstico foi, até certo ponto, repetido pela historiografia, como pudemos verificar em Celso Furtado (2000) e Francisco Iglésias (1982). Contudo, outros autores afirmam que o diagnóstico das elites era exagerado. A economia mineira do período não retrocedeu ou estagnou, a despeito das crises, apresentando um crescimento, embora em ritmo lento, durante todo o século XIX (DULCI, 2005; WIRTH, 1982). Dessa forma, “o contraste entre esse crescimento moderado e a rápida expansão de outras áreas é que definiria o declínio na posição relativa de Minas em termos nacionais” (DULCI, 2005, p. 115). Libby (1988) afirma que a economia de subsistência foi o grande sustentáculo da economia mineira nos oitocentos, tanto a destinada ao autoconsumo quanto aquela que visava o mercado interno, dentro e fora da província. Porém, longe de considerá-la como decadente, o autor entende

---

<sup>1</sup> Maria Auxiliadora Faria considera a expressão “classes conservadoras” como uma categoria historicamente constituída e não necessariamente uma classe socialmente definida, oposta a outra classe fundamental. Para a autora, as classes conservadoras não encerravam “apenas os interesses da agro-exportação [...] significava[m], [...], o conjunto dos agricultores, comerciantes, dos industriais, dos banqueiros e de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se ligavam ao mundo da produção” (FARIA, 1992, p. 35).

que seja mais correto pensar na evolução da economia mineira ao longo do século passado como um processo de acomodação às adversidades – que provinham, de início, do gradual retraimento das atividades mineradoras e, mais tarde, do lento desmoronamento do regime escravista – em vez de insistir na ideia de uma prolongada estagnação econômica” (LIBBY, 1988, p. 122-123).

Nesse sentido, Libby consegue perceber que foi a agricultura de subsistência a grande absorvedora da mão de obra escrava nas Minas oitocentista, o que teria evitado o colapso do sistema escravista. Esse processo, que ele denominou de “economia de acomodação” (LIBBY, 1988, p. 14), também implicou “o relativo declínio das atividades não-agrícolas. [...] Ao mesmo tempo, o crescimento do setor agrícola parece ter desencadeado um complexo processo de proletarização parcial de ampla parcela do elemento livre da população” (LIBBY, 1988, p. 123).

Outro pesquisador que se esforça em demonstrar o dinamismo da economia mineira do século XIX é Alcir Lenharo (1993) que, restringindo sua análise ao Sul de Minas na primeira metade do século XIX, especifica melhor a identidade da sua economia de subsistência, caracterizando-a como constituída por “grandes propriedades escravistas voltadas para o abastecimento interno. Criada para o abastecimento das Gerais no século XVIII, a economia regional manteria a mesma natureza por meio do direcionamento do fluxo do seu excedente para o mercado do Rio de Janeiro” (LENHARO, 1993, p. 29). Além disso, essa região de Minas “conheceu um reforço em sua estrutura econômica, já alicerçada na produção mercantil de gêneros de subsistência. Atividades de produção, portanto, que não se relacionavam com tendências de involução ou regressão econômica” (LENHARO, 1993, p. 60).

Nesse contexto, após a abolição, a preocupação com a formação do trabalhador do e para o campo no Brasil ganhou contornos mais nítidos. A partir daí percebeu-se uma desorganização das relações de produção no campo, assentadas até então no regime escravista. Para os contemporâneos e gerações seguintes a abolição da escravidão teria aprofundado a crise econômica de Minas Gerais, gerando uma desorganização do mercado de trabalho e uma conseqüente falta de braços para a lavoura. Contudo, Celso Furtado sugere que o “problema da falta de braços” previsto com o fim do regime escravocrata, relacionou-se não com a falta de trabalhadores, mas de mão-de-obra (FURTADO, 2000).

Em Minas Gerais “o impacto da abolição foi grave no início, embora, de modo geral, tenha sido mais um momento político decisivo do que o caos sócio-econômico que os mineiros a princípio temiam” (WIRTH, 1982, p. 79). Houve queda da produção, redução das exportações de café, “os cereais apodreceram nos campos, sem ter quem os colhesse”, fazendas faliram, caiu o valor das propriedades. Mas, já em 1891, a produção reorganizou-se (WIRTH, 1982, p. 79). Além disso, as reduções de mão-de-obra nas regiões cafeeicultoras do Estado eram devidas não necessariamente à abolição da escravatura, mas antes aos baixos salários pagos. Para o autor, “houve uma escassez de mão-de-obra [...], mas não uma escassez de mineiros” (WIRTH, 1982, p. 81).

Em São Paulo, também não houve escassez de trabalhadores. Entretanto, os braços nacionais eram considerados inaptos para o trabalho sistemático e racional. Lúcio

Kowarick, estudando a formação do mercado de mão-de-obra livre no Brasil, tendo o caso de São Paulo como referência, considera que os trabalhadores nacionais livres e libertos foram marginalizados desde os tempos coloniais e

tendem a não passar pela ‘escola do trabalho’, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante” (KOWARICK, 1994, p. 43).

A desqualificação dos trabalhadores nacionais deu-se, assim, como uma forma de “retirar-lhes as possibilidades de trabalho recriando as condições materiais de sua marginalização e atribuindo-lhes a pecha de indolentes e indisciplinados (KOWARICK, 1994, p. 103). Em que pese a análise de Kowarick ser válida apenas para o Estado de São Paulo, o problema da “vadiagem” do trabalhador nacional foi, em Minas Gerais, também uma obsessão. Os fazendeiros “consideravam os trabalhadores volúveis, não confiáveis e desleais, todos querendo viver da terra na ociosidade – em resumo um problema social para as autoridades” (WIRTH, 1982, p. 80). Porém as tentativas mineiras de atrair os trabalhadores estrangeiros, em geral, fracassaram, e as classes conservadoras investiram no aproveitamento do trabalhador nacional (FARIA, 1992; WIRTH, 1982).

A opção pelo trabalhador nacional deu-se em Minas Gerais no contexto da assunção, pelas elites política, econômica e intelectual, de um “projeto de desenvolvimento econômico” pautado no “princípio da união na diversidade”, que garantiria unidade geográfica e política e evitaria a “perda de substância econômica”<sup>2</sup> por meio da “priorização do incremento à agropecuária diversificada” (FARIA, 1992, p. 13).

Esse projeto propôs a construção de alternativa à primazia e consequente dependência econômica em relação à agricultura cafeeira (FARIA, 1992). Nas últimas décadas do século XIX esta lavoura já apresentava um acentuado declínio de produtividade e exportações, principalmente nas antigas zonas produtoras em Minas – da Mata e Sul, devido ao esgotamento dos solos e pela exiguidade de terras virgens disponíveis para novos cultivos. Essa queda na produtividade foi vinculada, pelas elites, à manutenção das práticas agrícolas rotineiras, ou tradicionais<sup>3</sup>.

Essa alternativa à dependência do café explicava-se também pela necessidade de unificar política e geograficamente o território mineiro, face às disputas que permearam a última década do século, desenvolvendo a vocação do Estado para a agricultura de subsistência, com vistas à conquista do mercado nacional (FARIA, 1992; WIRTH, 1982). De acordo com Maria Auxiliadora Faria,

<sup>2</sup> Essa expressão foi recorrente nos anos iniciais da República, e traduzia a percepção das classes conservadoras mineiras do relativo atraso econômico do Estado. Atraso esse percebido em contraste com o passado de riqueza, advinda do ciclo da mineração do ouro, e também com as comparações entre o desenvolvimento mineiro e o de São Paulo, sobretudo. Cf. Dulci (2005), Faria (1992) e Wirth (1982).

<sup>3</sup> A rotina, também chamada de métodos tradicionais ou rotineiros da lida com a terra, estava vinculada às práticas agrícolas dos tempos coloniais. Estas, por sua vez, foram baseadas na derrubada das florestas, na queimada, no plantio e nas colheitas manuais, trabalho este assentado, sobretudo, na mão-de-obra dos africanos escravizados (FERRARO, 2005).

à concretização desse projeto se interpunham inúmeros obstáculos, dentre eles, o estrutural, da organização das relações de produção no campo. Em Minas, ao moroso processo de passagem para o trabalho livre, somaram-se, desde o século XIX, os fracassos de uma política imigrantista pouco consistente, o intenso movimento de dispersão da população trabalhadora tanto para os sertões do Mato Grosso e Goiás, quanto para as lavouras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse quadro, a defesa e o implemento do ensino agrícola, destinado a crianças e adultos, teria emergido, não apenas como forma inovadora de lidar com a agricultura e a pecuária, mas também como mecanismo de controle social dos trabalhadores, garantindo sua presença no campo e assiduidade ao trabalho. Assim concebido, o ensino agrícola integra o projeto de desenvolvimento econômico mineiro da Primeira República como uma de suas principais metas” (FARIA, 1992, p. 13-14).

Assim, Maria Auxiliadora Faria explicita o vínculo estreito entre economia, agricultura e ensino agrícola. O ensino agrícola foi assumido, durante a Primeira República, como “estratégia utilizada pelo Estado não apenas para a formação profissional dos trabalhadores, mas também para a sua retenção no campo”. Nesse período, a despeito das várias tentativas do Estado em implantá-lo, ou seja, de transformar seu discurso em prática, “o insucesso foi, contudo, a marca principal da maioria [delas]” (FARIA, 1992, p. 269).

A instituição do ensino agrícola, entendido por nós como parte do processo de escolarização do trabalho agrícola, articulada às necessidades das elites do Estado de modernização econômica, pôde ser melhor compreendido ao produzirmos as histórias das fazendas-modelo.

Escolarizar, para Luciano Mendes de Faria Filho (2007) é um conceito polissêmico e pode significar o “estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar, [...] seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados” (FARIA FILHO, 2007, p. 194). Pode também, ainda de acordo com o autor, designar “uma forma especificamente escolar de socialização da infância e da juventude” (FARIA FILHO, 2007, p. 194) e, podemos dizer, do trabalhador adulto, em se tratando da educação profissional destinada a esse sujeito. Esta forma escolar estaria relacionada com a crescente influência da escola para muito além de seus muros.

Por fim, interessa-nos o último sentido atribuído ao termo, que diz respeito ao “*ato ou efeito de tornar escolar*, ou seja, o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares” (FARIA FILHO, 2001, p. 195, grifos do autor).

Compreendemos o processo de escolarização do trabalho agrícola como uma das estratégias de modernização da agricultura. Estava subjacente à modernização uma tentativa de se modificar a cultura agrícola tradicional, substituindo-a por uma nova cultura, mais racional, voltada para o aumento da produtividade, pela substituição dos trabalhadores por máquinas, a diversificação da produção agrícola com vistas à conquista de novos mercados, o maior aproveitamento da mão de obra nacional, disciplinando os trabalhadores e adequando-os às regras do mercado de trabalho livre que se formava, e, conseqüentemente, maximizando os lucros advindos da produção agrícola.

A análise do processo de escolarização do trabalho agrícola deu-se por meio das trajetórias institucionais das seis fazendas-modelo que existiram em Minas Gerais: a fazenda-modelo da Gameleira, situada em Belo Horizonte; a fazenda-modelo da Fábrica, instalada no município do Serro, porta de entrada para a então vasta e quase desabitada região Norte mineira; a fazenda-modelo Retiro do Recreio, localizada em Santa Bárbara, centro do Estado; a fazenda-modelo Diniz, em Itapeverica, município pertencente ao oeste mineiro; a fazenda-modelo de Aiuruoca, estabelecida no município de mesmo nome e a fazenda-modelo do Bairro Alto, localizada em Campanha, sendo estas últimas cidades situadas no Sul de Minas Gerais.

As fontes historiográficas mobilizadas durante a pesquisa foram: a legislação estadual referente ao ensino agrícola na primeira República; os anais do Congresso Legislativo de Minas Gerais, que revelaram as contradições e disputas em torno da produção desta legislação; diversos artigos, editoriais e o expediente da diretoria da Agricultura publicados no jornal oficial Minas Gerais; e algumas cartas escritas por João Pinheiro da Silva, presidente do Estado entre 1906 e 1908, responsável pela implantação das fazendas-modelo. Buscamos por meio do cruzamento e problematização dessas fontes apreender as diversas dimensões do “tornar escolar” o trabalho agrícola: os sujeitos da aprendizagem, os métodos e instrumentos de trabalho agrícola, os conhecimentos, os tempos e espaços da escolarização.

O ensino de agricultura prática nas fazendas-modelo destinava-se a dois tipos diferentes de formação: operários agrícolas e mestres de cultura. A formação de mestres de cultura ficou restrita à fazenda-modelo da Gameleira. Além desses dois tipos de aprendizagem, as fazendas-modelo consagraram-se também à aprendizagem dos fazendeiros, servindo como um campo de demonstração dos modernos processos agrícolas e criatórios a fim de convencê-los da superioridade desses sobre os tradicionais.

No decorrer da pesquisa, deparamo-nos com dois tipos de trabalhadores nas fazendas-modelo: os jornaleiros, aqueles que trabalhavam por jornal, ou diária, e que aprendiam a manejar as máquinas agrícolas no seu trabalho, que era remunerado. E os aprendizes a operários agrícolas e mestres de cultura, que podiam ser também trabalhadores agrícolas que se dirigiam às fazendas-modelo em geral a mando de seus patrões, para aprenderem na prática do trabalho não remunerado o mesmo manejo das máquinas.

Sobre os primeiros quase nada pudemos apurar. Na fazenda-modelo Diniz conseguimos saber que eles eram tanto meninos quanto homens adultos. Em relação aos trabalhadores jornaleiros, um dos mestres de cultura responsável pela administração daquela fazenda-modelo assim se referiu:

o pessoal admitido nesta fazenda para os serviços de lavoura, parte maior é de meninos que ganham 1\$000 e 1\$200 por dia. Pois isto é de alguma utilidade não só pelo lado econômico mas também pelo que se faz a estes meninos que em parte são desvalidos. Assim, pois, é claro que estes pequenos satisfeitos porque gozam de suas diárias, pouco a pouco irão tomando amor ao trabalho e ao mesmo tempo alguma prática no manejo de máquinas agrícolas e preparo da terra, futuramente serão

úteis particularmente como lavradores. O pessoal mais idoso que tenho é somente para serviços mais pesados e ganham 1\$800 a 2\$00 por dia.” (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1915, p. 317-8).

Dessa forma, aquele mestre de cultura criou uma saída para o problema da mão-de-obra: contratou meninos, que venderam sua força de trabalho por preço até 50% menor em relação aos adultos. E ainda realizou o que o Estado buscou realizar nos institutos primário-agrícolas: formar crianças desvalidas por meio da escola do trabalho. A fazenda-modelo Diniz cumpriu, pois, de forma distinta, os objetivos para os quais havia sido criada, já que o número de aprendizes-trabalhadores foi muito reduzido naquele estabelecimento (VERSIEUX, 2010a).

De forma geral, as fazendas-modelo não puderam prescindir dos trabalhadores jornaleiros, mesmo a fazenda-modelo da Gameleira, mais bem instalada, fiscalizada e que contou com um maior fluxo de aprendizes-trabalhadores e com o trabalho dos meninos do Instituto João Pinheiro (VERSIEUX, 2010a; FARIA FILHO, 2001). Elas concorreram, então, com outros estabelecimentos produtivos no restrito mercado de trabalho livre que ainda estava se formando naquele momento em Minas Gerais.

Em relação aos aprendizes a operários agrícolas e a mestres de cultura os dados por nós organizados revelam que o seu número foi reduzido, pouco mais de 300 aprendizes durante oito anos (1907-1914). Destaca-se do conjunto a fazenda-modelo da Gameleira, responsável pela formação de 75% do total de aprendizes das fazendas-modelo no mesmo período. O pequeno número de aprendizes, longe de significar o fracasso das fazendas-modelo enquanto instituições formadoras de mão-de-obra, como sugeriu FARIA (1992) revelou-nos que a formação de trabalhadores especializados nas fazendas-modelo era restrita a poucos trabalhadores, somente para os mais “disciplinados e inteligentes”, nos dizeres de João Pinheiro. Revelou também que se estava formando mestres de cultura aptos a se tornarem técnicos da burocracia do Estado, eles próprios incumbidos de formar novos trabalhadores no manejo das máquinas agrícolas.

Para Versieux (2010), “a modernização da agricultura estava associada, pelo menos desde o final do século XIX e início do século XX, com a mecanização das lavouras – a substituição parcial do ser humano por máquinas agrícolas – principalmente o arado, e com as técnicas de adubação e irrigação do solo” (VERSIEUX, 2010a, p. 35-6). Eram exatamente estes instrumentos e métodos de trabalho que se intentava escolarizar nas fazendas-modelo.

Os esforços das elites mineiras em suprimir os métodos rotineiros estavam vinculados às suas necessidades econômicas. As queimadas provocavam o esgotamento dos solos, a mudança no regime de chuvas e, conseqüentemente, a diminuição da produção agrícola e dos lucros advindos desta. Por outro lado, o predomínio da enxada, e, portanto, do trabalhador que a manejava, tornavam os produtores dependentes da sazonalidade do trabalhador nacional. Substituir, na lavoura, os homens por máquinas agrícolas era uma necessidade do capital que se formava em fins do século XIX.

Por isso, urgia “arrancar os instrumentos da escravidão – a foice e a enxada – das mãos do lavrador e libertá-lo da miséria pelo manejo do arado e irrigação das plantações.

A lavoura precisa ser chamada ao terreno da razão, para daí paulatinamente prosperar” (Jornal Minas Gerais, 6/5/1909, p. 4, col. 1). Aqui, fica mais claro o sentido da modernização da agricultura: a desqualificação dos instrumentos de trabalho tradicionalmente usados pelos pequenos produtores, pelos trabalhadores errantes, pelo meeiro, pelo assalariado. A metáfora de “arrancar” a enxada e a foice das mãos dos lavradores sugere um processo mais violento, mesmo que não tenha se caracterizado como uma expropriação em sentido restrito. Estes trabalhadores podiam, na agricultura tradicional, ter a posse dos seus instrumentos de trabalho e, conseqüentemente, ter uma existência mais autônoma. Diversamente, na pretendida agricultura moderna, onde as máquinas agrícolas realizariam boa parte do trabalho, estas eram acessíveis apenas para aqueles que detinham algum capital.

Contudo, assim como percebeu Faria Filho (2000) para os grupos escolares e escolas isoladas do início do século XX em Belo Horizonte, as fazendas-modelo conviveram com a falta de materiais para funcionarem adequadamente. E não somente para o método de ensino funcionar – o método intuitivo, mas para que esse método funcionasse a serviço da nova racionalização da produção.

Os conhecimentos a serem escolarizados eram também vinculados à organização da produção agrícola. Elaboramos um currículo para as fazendas-modelo, cujo cerne era tornar conhecidos os métodos da lavoura racional e metódica, em todas as suas fases, principalmente com a utilização de máquinas agrícolas, que diminuiriam a necessidade de mão-de-obra; de máquinas de beneficiamento, que agregariam valor aos produtos, melhorando a colocação dos mesmos nos mercados, aumentando os lucros dos produtores e, conseqüentemente, a riqueza pública; de adubação orgânica e inorgânica, que tornaria novamente disponível à agricultura os solos esgotados; a irrigação, que possibilitaria a utilização durante todo o ano de terras em locais sujeitos à seca periódica, minimizando os efeitos desta, prevenindo o produtor das variações e intempéries climáticas.

Tal currículo incluía também técnicas de administração e contabilidade agrícolas, além da criação e reprodução de animais. Pudemos evidenciar que houve, paralelo à escolarização desses conhecimentos, uma negação dos conhecimentos difundidos tradicionalmente aceitos pela população no que diz respeito à lida no campo.

A fazenda era o espaço a ser escolarizado. Alguns políticos, como João Pinheiro, queixavam-se da baixa produtividade das imensas propriedades particulares. O estadista defendia uma espécie de reforma agrária às avessas: mediante o convencimento dos proprietários rurais, por meio do exemplo dado pelas fazendas-modelo do governo, as propriedades deveriam ser parceladas e povoadas por colonos estrangeiros, que seriam a mão-de-obra ideal para fazer a transição do trabalho escravo para o livre.

Contudo, o que pudemos verificar nas fazendas-modelo do Estado foi bem diverso. As fazendas-modelo possuíam áreas de diversos tamanhos, variando de 15 a 300 alqueires. A ocupação efetiva dessas áreas com plantações também variou muito, entre 2% e 37% (TAB. I). De forma geral, quanto maior a propriedade, maiores as dificuldades do governo em ocupá-la efetivamente com a agricultura.



**Tabela I** - Área total e ocupada por plantações nas fazendas-modelo, Minas Gerais, 1907-1914

Fazendas-modelo	Gameleira	Fábrica	Retiro do Recreio	Diniz	Aiuruoca	Bairro Alto	Total
Tamanho da propriedade (em alqueires <sup>(1)</sup> )	44	25	100	15	15	300	499
Área ocupada com plantações (em alqueires)	10,33	6,6	6,6	5,57	2,52	6,2	37,82
Área ocupada com plantações em relação à área total do terreno	23,50%	26,40%	6,60%	37,13%	16,80%	2,06%	7,57%

Fontes: Relatórios da diretoria de Agricultura e da secretaria de Agricultura publicados entre os anos de 1908 e 1915, referentes aos exercícios de 1907 a 1914. Os valores apresentados sofreram alterações de ano para ano e correspondem à maior área ocupada entre os anos de 1907 e 1914. Elaboração própria.

<sup>(1)</sup> O alqueire mineiro, ainda hoje utilizado, corresponde a 48.400 metros quadrados. Há variações dessa medida, mas assumimos a medida oficial como base de comparação neste estudo. As diferentes unidades de medida usadas para um mesmo terreno – hectares, alqueires e metros quadrados, quando convertidas de acordo com a medida do “alqueire mineiro”, corroboram esse uso.

Os dados apresentados na TAB. 1 nos leva a inferir que o governo estadual, a despeito dos discursos favoráveis a um determinado tipo de parcelamento do solo, contribuiu para a manutenção de latifúndios improdutivos. A fazenda-modelo do Bairro Alto é a que melhor exemplifica esta assertiva. Os seus terrenos eram vastos – constituíam a maior das fazendas-modelo (TAB. I) – e estavam situados no local denominado “Bairro Alto”, distantes cerca de três quilômetros da cidade de Campanha. Eles pertenciam ao governo da União e, após alguns meses de negociação, a diretoria de Agricultura de Minas Gerais conseguiu que fossem doados ao Estado. Neles conseguiu-se plantar principalmente cereais e forragens: arroz, batatas, feijão, milho, cebolas, inhame, forragens como consolda, cana forrageira. Porém, a área plantada foi muito pequena, pouco mais de 2% da área total (TAB I).

Os terrenos eram ocupados, quando ainda pertenciam à União, por vários sitiantes, que lá plantavam e criavam animais, não se sabe há quanto tempo. É significativa, neste contexto, a denominação de “Bairro” que as terras possuíam. Ao ser criada a fazenda-modelo, os seus ocupantes se viram obrigados a abandonar as terras que cultivavam. Contudo, alguns resistiram à desocupação. Três meses após a criação da fazenda-modelo, a diretoria de Agricultura declarou

ao sr. encarregado da fazenda-modelo “Bairro Alto” que fica autorizado a conceder aos moradores em terrenos da dita fazenda, um prazo necessário à conclusão dos trabalhos de colheita das plantações feitas anteriormente à aquisição dos mesmos terrenos pelo governo, não devendo permitir, d’ora avante, sejam feitas novas plantações por pessoas estranhas aos serviços da referida fazenda modelo.” (Jornal Minas Gerais, 11/3/1909, p. 2, col. 3).

Assim, mesmo depois de tomar posse dos terrenos, ainda existiam moradores vivendo e plantando na área da fazenda. Poucos meses depois, a diretoria de Agricultura autorizou o encarregado da fazenda Bairro Alto a adquirir roças de milho existentes

dentro dos limites da fazenda, o que nos indicou que os sitianteiros plantavam naquela fazenda gêneros de subsistência – se para autoconsumo ou para o mercado, não foi possível saber. E que existiu algum tipo de conflito, cuja solução proposta foi a compra das plantações. Mas esta solução não deve ter satisfeito a todos os sitianteiros. Poucos dias depois de autorizar o encarregado a adquirir as roças dos particulares, a diretoria de Agricultura informou

ao sr. encarregado da fazenda-modelo da Campanha que, por despacho do sr. Secretario das Finanças, de 10 do corrente [mês de maio], foi autorizado a intimar o sr. Ismael de Paula Viana a retirar-se dos terrenos da mesma fazenda, dentro do prazo de 30 dias.” (Jornal Minas Gerais, 30/5/1909, p. 3, col. 2).

Mas este sitianteiro não se intimidou, e continuou ocupando as terras. E terminou de alguma forma favorável ao ocupante, mesmo após as intimações oficiais. Mais uma vez por ofício, a diretoria de Agricultura declarou

ao sr. encarregado da Fazenda-modelo “Bairro Alto”, Campanha, que foi autorizado, por despacho de 27 do corrente [mês de julho], a efetuar o pagamento de 200\$000 [duzentos mil réis], ao sr. Ismael de Paula Viana, como indenização pelas benfeitorias deixadas pelo mesmo em terrenos da fazenda” (Jornal Minas Gerais, 16-17/8/1909, p. 2, col. 1).

Se esse valor foi superior ao anteriormente oferecido pela diretoria de Agricultura não conseguimos apurar, mas é de se supor que o tenha sido, tanto pelo tempo transcorrido desde a primeira ordem de desocupar os terrenos mediante o pagamento das plantações – três meses, que indica a possibilidade de terem ocorrido negociações – quanto pela referência às “benfeitorias” – que traduzem a ideia de bens duráveis – e não apenas às roças, naquele último ofício.

Entretanto, os problemas com a ocupação dos terrenos não terminaram com esse caso. Em agosto de 1910, um particular – Francisco Lentz de Araújo - requereu a posse de terrenos situados dentro da fazenda-modelo. Em abril de 1911, esse mesmo senhor tentou comprar 100 alqueires da área da fazenda, o equivalente a um terço dos seus terrenos, o que evidencia que a requisição de posse não foi aceita pelo Estado, e a insistência desse senhor.

Em fins de 1910 a diretoria de Agricultura recomendou

ao encarregado da direção da fazenda-modelo do Bairro Alto que não consinta a entrada nos pastos da fazenda de animais pertencentes a particulares, devendo ser deles retirados os que tenham ali sido colocados antes de ter assumido a direção da referida fazenda” (Jornal Minas Gerais, 21/12/1910, p. 2, col. 4)

O encarregado havia assumido o posto há poucos dias, e deve ter encontrado muitos bois pelos pastos da fazenda, o que indica que outras pessoas continuavam a utilizar a sua imensa área.

De toda essa discussão, sobressai uma contradição: a política estadual de se promover a colonização e parcelamento do solo estava em franca oposição, pelo menos na fazenda-modelo do Bairro Alto, com a política de se fundar fazendas-modelo. Sendo a fazenda já ocupada por sitiantes, que lá plantavam cereais, o que o governo estadual fez foi transformar uma área parcelada em propriedades menores em uma área improdutiva.

Em relação à questão do tempo, encontramos duas situações distintas. A primeira delas referiu-se ao tempo de aprendizagem dos trabalhadores que frequentaram as fazendas-modelo. O decreto estadual 2.027/1907, que regulamentou a lei 434/1906 instituidora das fazendas-modelos, estabeleceu o tempo de aprendizagem dos diferentes aprendizes desses estabelecimentos. De acordo com o decreto, os aprendizes a mestres de cultura deveriam permanecer por até 10 meses na fazenda da Gameleira e os trabalhadores enviados pelos fazendeiros poderiam permanecer nos estabelecimentos por até 30 dias. Contudo, a partir dos dados compilados por nós para a fazenda-modelo da Gameleira<sup>4</sup>, pudemos perceber que o tempo de formação de cada aprendiz variou muito. Os aprendizes permaneceram de um a 217 dias na fazenda, entre os anos de 1911 e 1913. Nesse período, o tempo médio de permanência na Gameleira foi de 61 dias, ou dois meses. Contudo, há que se destacar que os aprendizes que ficavam por mais de 30 dias na fazenda-modelo da Gameleira, ficavam em torno de 100 dias [...] e [...] estavam, via de regra, se instruindo para mestres de cultura. Isso me permite afirmar que, para se formar mestre de cultura, o aprendizado durava em torno de 100 dias, na Gameleira. Um tempo relativamente curto, se considerar a legislação, que permitia a estadia por até dez meses.

Assim, é possível afirmar que, mesmo entre os aprendizes a mestres de cultura, a formação foi aligeirada. Outra questão diz respeito ao emprego do tempo no processo de trabalho. Kowarick (1994) mostrou-nos que

antes e depois da Abolição [da escravidão] são frequentes as queixas acerca dos [trabalhadores] nacionais [livres e libertos]: trabalham raramente, pois de pouco precisam para seu sustento e por qualquer motivo abandonam os cafezais. Na realidade, são refratários ao trabalho organizado, porque, sendo mínimas suas necessidades, não precisam se alugar para outros de forma contínua. Basta, de quando em vez, uma jornada por semana; de resto, a disponibilidade para nada fazer, além da caça, da pesca, do pequeno plantio e da criação, que permitem a sobrevivência na pobreza e, dessa forma [...] o desamor ao trabalho e a possibilidade do ócio e do festejo” (KOWARICK, 1994, p. 103-4).

Já fizemos notar que a questão da vadiagem, percebida por Kowarick como desamor ao trabalho, era também uma constante em Minas Gerais, de acordo com Wirth (1982). Em 1906, o deputado do Congresso Legislativo mineiro Bernardino de Sena Figueiredo percebia uma relação entre imigração, colonização do solo e ensino agrícola. Para ele, o colono imigrante daria o exemplo ao lavrador brasileiro pelo amor ao trabalho, da valorização da terra, da lida agrícola. Tudo isso por meio da “dedicação à cultura, [...] pela economia, pelo método e aproveitamento do tempo e das coisas mais insignificante,

<sup>4</sup> Os dados organizados encontram-se principalmente nos relatórios da Diretoria de Agricultura e nos relatórios da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais.

a que o nacional não liga a mínima importância” (CONGRESSO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS, 1906, p. 310). Assim, há uma percepção de que o tempo não é bem aproveitado pelo trabalhador nacional. Que tempo seria esse? Vejamos.

Como já afirmamos, as fazendas-modelo serviriam para convencer os fazendeiros a adotarem os modernos processos agrícolas. Aquela que recebeu mais visitantes foi a fazenda-modelo da Gameleira. Sobre essas visitas à Gameleira, constantemente relatadas no jornal Minas Gerais, pudemos saber que

a verificação [das vantagens dos modernos métodos e processos de trabalho] para os que lá vão, para os que lá forem [na fazenda da Gameleira], não é feita mostrando-se cálculos no papel, mas fazendo-se as máquinas trabalharem à luz do sol, sob a inspeção do interessado; e no fim do exame basta medir a área trabalhada, reparar para o pessoal que executou o serviço, para concluir pela economia assombrosa de semelhante serviço, comparado com o da enxada” (jornal Minas Gerais, 21/3/1907, p. 1, col. 1).

Para João Pinheiro, “o fazendeiro visitante, todo o dia, de relógio em mãos, ouve a exposição do chefe pratico dos serviços e verifica [so]mente, pela inspeção do trabalho das máquinas a verdade da afirmação (CARTA, 1907, fl. 3, grifos no original). As máquinas dirigidas pelos trabalhadores instruídos nas fazendas-modelo deveriam mostrar-se produtivas, medindo-se a área por elas trabalhadas em relação ao tempo gasto nesse mesmo trabalho. Assim, entendemos que o tempo a ser escolarizado era o tempo livre do trabalhador que não se submetia à disciplina do trabalho regular. Esse tempo deveria ser transformado em tempo de produção, controlado e disciplinado, por meio do trabalho com as máquinas, ensinado nas fazendas-modelo.

Por fim, é preciso salientar que, historicamente, a maior parte da população brasileira teve o acesso à propriedade da terra negado. O latifúndio constituiu-se em uma herança do sistema de sesmarias adotado pela coroa portuguesa quando da colonização do território brasileiro. Após a independência, a falta de uma legislação sobre terras e a manutenção do trabalho escravo estimulou ainda mais a concentração fundiária. A Lei de Terras de 1850 proibiu as posses, passando a ser a compra o único instrumento de aquisição de terras no país. Como esta lei legitimou tanto as posses ocorridas desde 1822 quanto as sesmarias, a estrutura fundiária não foi alterada (KIRDEIKAS, 2003). Para o autor, “a formação do mercado de terras no Brasil ocorreu sem um grande processo de expropriação, apesar da expulsão de pequenos posseiros ter sido comum no século XIX” (KIRDEIKAS, 2003, p. 28). Em outras palavras, “o homem livre pobre não foi expropriado no sentido próprio do termo (não chegou a ser expulso de sua propriedade), porém teve o seu acesso a terra negado desde os tempos das sesmarias e consumado com a lei de terras de 1850.” (KIRDEIKAS, 2003, p. 61).

Expropriar significa destituir alguém da posse de uma propriedade. Entretanto, Kowarick (1994) compreende o processo de expropriação não apenas em relação à posse da propriedade da terra, mas como destruição das formas autônomas de subsistência, incluindo aí a negação a essa mesma propriedade. É possível afirmar que a proposição

de ensino agrícola como forma de superar os métodos rotineiros de lida com a terra vinculou-se a essa destruição de formas autônomas de sobrevivência.

A aprendizagem do trabalho agrícola não era mais desejável que se desse de pai pra filho, no ambiente de trabalho, pois se queria negar ou superar as formas de trabalho predominantes no campo. A enxada e a foice significaram, para as elites, o atraso cultural, a possibilidade do ócio, o trabalho incerto e a recusa do trabalhador em ingressar regularmente no mercado de trabalho. Para o trabalhador do campo, por seu turno, esses instrumentos poderiam ter significado a liberdade, a autonomia, a possibilidade de ter a propriedade da terra ao ocupar terras ainda devolutas.

Dessa forma, a escolarização da fazenda, a empresa que precisava ser disciplinada, reforçou a concentração de terras nas mãos de poucos privilegiados e a negação da terra aos trabalhadores. Sem alterar a estrutura fundiária que chegou à República como herança colonial, o governo estadual não fez mais do que reforçar a lógica dominante. Ao escolarizar o ambiente da fazenda, tentando torná-lo produtivo, o Estado mineiro contribuiu para legitimar o latifúndio improdutivo e reforçar o caráter excludente do processo de modernização pelo qual passava a sociedade mineira no início do século XIX.

A escolarização da fazenda ligou-se intimamente à escolarização dos instrumentos agrícolas. Para que a substituição do trabalho vivo por trabalho morto pudesse ocorrer, era preciso desqualificar os instrumentos de trabalho tradicionais, simbolizados pela enxada. Assim, entendemos que a escolarização das máquinas, que já não poderiam pertencer ao trabalhador, mas sim ao fazendeiro, correspondeu à expropriação dos instrumentos tradicionais de trabalho, contribuindo para a necessária destruição de formas de vida autônomas dos trabalhadores do campo do ponto de vista do capital que se formava.

A institucionalização de um tempo de aprendizagem contribuiu também para a disciplinarização do trabalhador agrícola. Ao trazer para dentro da escola o trabalhador, este não podia mais dispor livremente do seu tempo. Controlar o tempo da “vagabundagem”, ou o tempo do ócio e do lazer, foi uma meta perseguida pelas elites durante todo o período abarcado pela pesquisa

A negação e a desqualificação dos conhecimentos populares se deu *pari passu* à escolarização de novos conhecimentos produzidos pela ciência. Métodos e técnicas tradicionais faziam parte do repertório de saberes populares. A qualificação de alguns trabalhadores por meio da escolarização do trabalho agrícola, da prática de um trabalho que não lhes pertencia, que lhes foi imposto, negou-lhes tanto a sua experiência quanto a teoria que informava as novas práticas que se queria introduzir. Essa (des)qualificação, aliada à substituição de homens por máquinas, significou a expropriação do trabalhador de si mesmo, de sua cultura, de suas tradições, de seu sistema de crenças e valores. E daquela modernidade que as elites queriam construir. O duro combate à rotina, em favor da ciência e do progresso material, inseriu-se, pois, nesse quadro mais amplo de formação de um mercado de trabalho livre em Minas Gerais.

## Referências

- CARTA de João Pinheiro a Afonso Pena. 16/3/1907. Fundo Afonso Pena (ON). Microfilme n° AN 523-2004, notação 26.16. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 16/3/1907.
- CONGRESSO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS. *Anais da Câmara dos Deputados*. 1906.
- DIRETORIA DE AGRICULTURA, COMÉRCIO, TERRAS E COLONIZAÇÃO. Relatórios anuais referentes aos anos de 1907-1909. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908-1910.
- DULCI, Otávio. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 109-136.
- FARIA, Maria Auxiliadora. *A Política da Gleba: As Classes Conservadoras Mineiras; discurso e prática na Primeira República*. 1992. 394 f. (Tese de Doutorado, História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, M.L.A. (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.
- \_\_\_\_\_. *República, Trabalho e Educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 174p.
- \_\_\_\_\_. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000. 213p.
- FERRARO, Mário Roberto. *A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo*. 2005. 106f. (Dissertação de Mestrado, Recursos Florestais, Conservação de Ecossistemas Florestais). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro). 276p.
- GONÇALVES, Irlen Antônio; VERSIEUX, Daniela Pereira. A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: a política pública para a educação profissional republicana nas primeiras décadas do século XX. In: IX CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA. Rio de Janeiro: Quartet Editora & Comunicação Ltda, 2009, p. 4-15.
- IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Estado de Minas Gerais. In: *V Seminário de Estudos Mineiros: a República Velha em Minas*. Realizado em Belo Horizonte, de 22 a 24 de agosto de 1977. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 115-144.
- KIRDEIKAS, João Carlos Vieira. *O Estado e a formação do mercado interno para o capital no Brasil: 1850-1903*. (Dissertação de mestrado, Economia). Centro de Desenvolvimento

e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 114 fls.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 124p.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. 136p.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 404p.

MINAS GERAIS (jornal). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 01/set/1906-31/mar/1915.

MINAS GERAIS. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, TERRAS, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Relatórios anuais referentes aos anos de 1910-1914. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1911-1915.

VERSIEUX, Daniela Pereira. *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)*. 2010. 232f. (Dissertação de mestrado, Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010a.

\_\_\_\_\_. Educação profissional de adultos em Minas Gerais no início do século XX: adestrando mãos e corpos na lição dos fatos. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA CÁTEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 2010. João Pessoa: UNESCO/UFPB/UFPE/UPRN, 2010b.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1930)*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 50). 384p.

*Recebido em abril de 2012  
Aprovado em junho de 2012*